

Ata da 51ª Sessão Ordinária do Conselho Social / FUNDEB - Rio de Janeiro, realizada em 10 de julho de 2013.

Aos dez dias do mês de julho de 2013, realizou-se nas dependências da Secretaria Estadual de Educação a quinquagésima primeira reunião do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro. Presentes os Senhores Conselheiros Délio Carneiro Marques, Joana Pimentel Meneses de Farias, Marco Antônio Rosa Silva, Marlene Puerta Coelho, Rosemary Borges Pereira, Ana Maria da Silva Sá, Carlos Alexandre Lima Nogueira, Gilberto Jorge da Cruz Araujo e Jane Milan Cândido. Registra-se ainda a presença do Sr. Ricardo Santos da Costa, representante da Superintendência de Infraestrutura da SEEDUC, e a Srª. Aline Ribeiro, representante da Contabilidade.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente concedeu a palavra a Srª. Aline para que fosse apresentado relatório de Prestação de Contas do primeiro semestre de 2013, cuja cópia encontra-se em anexo.

A conselheira Srª. Rosemary indagou sobre a oscilação de valores entre os meses de janeiro e fevereiro. Em resposta, a Srª. Aline consignou que trata de despesa com pessoal e que as despesas já chegam fechadas para a contabilidade, não tendo gerência sobre em que foi gasto.

O Sr. Presidente destacou que encontra-se discriminado no relatório de Prestação de Contas as entradas/saídas do FUNDEB, bem como os repassados para a SEEDUC e para os Municípios durante o primeiro semestre de 2013.

Verificou-se, também, no relatório de Prestação de Contas uma relação do que foi pago com o dinheiro recebido pela Secretaria. Observou-se que a grande demanda é com folha de pagamento e com contribuição patronal para o RIOPREVIDENCIA.

Em sequência, foi indicado o valor recebido pelo FUNDEB em junho, a saber, quinhentos e cinquenta e nove milhões de reais, dos quais trezentos e setenta milhões de reais foram repassados aos municípios e cento e oitenta e nove milhões dirigidos à SEEDUC.

Ademais, foi informado pela Sr^a. Aline as entradas que o Fundo obteve com os impostos estaduais durante o primeiro semestre.

Face à prestação de contas, a Conselheira Sr^a. Rosemary indagou sobre o que seria pagamento de “pessoal civil” e porque existem dois empenhos para o RIOPREVIDENCIA. Foi esclarecido pela Sr^a. Aline que “pessoal civil” refere-se aos funcionários contratados e as duas entradas são em virtude de existir necessidade de pagamentos suplementares que ocorrem ao longo do mês, após o fechamento da folha de pagamentos.

Os conselheiros questionaram o que seria considerado uma despesa variável, vez que há referência a tais despesas no relatório de empenho. A Sr^a. Aline informou que o sistema de pessoal traz uma despesa fechada, de maneira que não tem conhecimento do que é considerado despesa variável.

O Sr. Presidente arguiu se férias, dupla regência, qualificação de difícil acesso, abono permanência e demais despesas, que são pagas eventualmente, são identificadas como variáveis. O Conselheiro Sr. Gilberto informou que a Subsecretaria de Gestão de Pessoas poderia aclarar essa situação.

Diante disso, o Sr. Presidente consignou que será requisitado à Subsecretaria de Gestão de Pessoas discriminação do que é caracterizado como despesa variável.

A Conselheira Sr^a. Rosemary sugeriu que fosse encaminhado um processo referente à execução orçamentária para que o Fundo analisasse a título de amostragem. Assim, o Sr. Presidente solicitou que se ficasse anotado a recomendação e que, dependo da resposta da Subsecretaria, o FUNDEB voltaria a deliberar sobre a proposta.

Dando continuidade à pauta foi dada a palavra a Conselheira Sr^a. Joana, representante da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

A Conselheira informou que existem duas situações diferentes a serem analisadas. A primeira é quanto a um desconto realizado no IPVA e no ICMS que deveria ter sido repassado para o FUNDEB, nos termos do Decreto 42.516/2010. Afirmou que há um cronograma para o pagamento dos valores remanescentes de 2004 a 2009 em cinco anos. A segunda é sobre um processo sobre as contas de gestão. As informações foram encaminhadas ao TCE, restando, ainda, a necessidade de um levantamento das entradas de impostos transferido para o FUNDEB que será comparado com as informações registradas no SIAFEM. Asseverou a Conselheira Sr^a. Joana que tal informação foi encaminhada ao Ministério Público.

O Sr. Presidente garantiu que as informações apresentadas pela Secretaria de Fazenda serão adicionadas aos ofícios encaminhados ao Tribunal de Contas Estadual e ao Ministério Público.

A pedido foi retomado o tema de prestação de contas, a conselheira Sr^a. Rosemary solicitou que fosse chamado, para a próxima reunião, o setor responsável pelos projetos/serviços que gastou nove milhões do orçamento para que o Fundo tivesse conhecimento dos projetos que foram realizados.

Sendo assim, o Sr. Presidente afirmou que irá encaminhar um email à Sr^a. Aline, solicitando maiores esclarecimentos e no próximo mês, se for o caso, será retomado a discussão.

O terceiro tema da pauta foi a indagação realizada pelo Dep. Est. Comte Bittencourt acerca da obras emergenciais realizadas na região serrana do Rio de Janeiro após o desastre climático de 2011.

Na seqüência, o Conselheiro Sr. Carlos Alexandre informou que a Resolução nº 18 foi elaborada seis meses após a ocorrência da tragédia, de forma que grande parte das obras emergenciais já tinha sido efetivamente realizada, visto que as escolas não poderiam deixar de funcionar.

Após a Resolução supracitada foram repassados à Empresa de Obras Públicas - EMOP R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) para executar as ações na região serrana. Desse total, R\$ 12.000.000,00 (doze milhões) foram efetivamente utilizados e o restante foi devolvido à SEEDUC, o que pode ser comprovado por extratos.

Além disso, esse dinheiro foi direcionado apenas para emergências. Assim, a SEEDUC foi até Brasília conversar com FNDE, pois essa Secretaria e a EMOP entendiam que, pelo seu caráter emergencial, legalmente, não se poderia utilizar essa verba em 2013.

Em visita ao FNDE, a Sr^a. Presidente do Fundo concordou com a impossibilidade de utilização dessa verba. Assim, foi sugerido que a verba não utilizada fosse devolvida ao Governo Federal, pois não pode utilizar uma verba emergencial disponibilizada para 2011 no ano de 2013.

Consignou o Conselheiro Sr. Carlos Alexandre que haverá uma reunião com o Secretário e com o Presidente da EMOP, Sr. Ícaro, a fim de definir sobre a devolução do dinheiro não utilizado.

O Conselheiro informou, ainda, que foram realizadas visitas a algumas escolas da Região Serrana junto com a EMOP, e que esta empresa irá comprovar em que foram utilizados os recursos. A Empresa de Obras realizará uma linha do tempo com todas as verbas gastas para responder ao TCU e sua defesa será encaminhada ao Fundo para ciência.

Nesse ínterim, os conselheiros indagaram o envio dos 23 milhões à EMOP, porquanto o Conselho não tinha conhecimento das obras realizadas.

Por fim, passou-se ao quarto, e último, tema da pauta.

Nesta oportunidade, levantou-se a questão de existir um auditor para analisar os documentos antes de um parecer do Conselho, devido às dúvidas arguidas frente à apresentação das prestações de contas. Além disso, os conselheiros solicitaram que constasse em Ata que não havia conhecimento do Conselho sobre os valores encaminhados à EMOP.

Nada mais a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, lavrou a presente Ata, assinada pelos Conselheiros na folha de presença, em anexo.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2013.

Marco Antonio Rosa Silva
Presidente